



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

## A NOÇÃO DE CONTROLE, A PARTIR DO CURRÍCULO DESENVOLVIDO NOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Francisco Luan Lima Alves<sup>1</sup>  
Ivina Maria da Silva Ribeiro Leite<sup>2</sup>  
Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho discute o currículo na perspectiva de controle levando em consideração os processos pedagógicos fundamentados nas teorias curriculares. Refletiu-se como o currículo articula as práticas educacionais, a partir da escolha de teorização. Problematizou-se sobre quem escolhe o que estudamos, no sentido de entender a colonialidade implícita na organização escolar e aplicada ao longo do percurso formativo. A pesquisa buscou evidenciar implicações curriculares de reprodução cultural que asseverassem a estrutura social, com o intuito de promover demarcações às potencialidades transformadoras. Contextualizou-se, por tanto, práticas arraigadas, em contraposição à ressignificação de tais práticas, tendo em vista à superação do objetivismo na construção do currículo emancipador. Buscou-se trazer nessa contribuição arranjos curriculares do contexto social e cultural para o alcance da mudança social, com base na desconstrução de mitos e ideologias de aprisionamento à realidade. Os resultados apontaram que a robustez da colonização como instrumento de dominação, mantém os mais vulneráveis submergidos com ideias que lhes são próprias, os impedindo ao desenvolvimento da criticidade. Conclui-se que o movimento de colonizador segue lentamente entre o currículo prescrito/oficializado (currículo vivido/praticado) e o apreendido pelo educando. Materiais didáticos, utilizados em sala de aula, especialmente, o livro didático, tem mitigado a autonomia docente cotidianamente nas instituições de ensino, com a severidade do currículo oficial.

**Palavras-chave:** Currículo; Teorias do currículo; Ideologia.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o currículo como controle dos processos pedagógicos, levando em questão as teorias curriculares. Procura expor como o currículo vai articulando entre as práticas educacionais e as teorias. O primeiro passo para conhecer a organização de currículos é conhecer as teorias e suas perspectivas, que foram questionadas ao longo do tempo a partir das implicações curriculares.

A proposta de discutir o currículo como controle dos processos pedagógicos ganhou relevância com a criação da Lei n. 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade do estudo da

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês - IFCE, [francisco.luan.lima05@aluno.ifce.edu.br](mailto:francisco.luan.lima05@aluno.ifce.edu.br);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Medicina do Centro Universitário Uninta, [ivinaribeiros2@gmail.com](mailto:ivinaribeiros2@gmail.com);

<sup>3</sup> Dra. em educação pela Universidade Estadual do Ceará- UECE, [cleide.silva@ifce.edu.br](mailto:cleide.silva@ifce.edu.br);



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas e privadas. Faz com que haja a necessidade de promover reflexões sobre o tema no espaço escolar, diante crítica a partir das teorias.

A decolonidade nos currículos educacionais refere-se a um movimento crítico que questiona e busca superar as influências coloniais nas práticas educacionais, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa. Isso é particularmente relevante em contextos onde as estruturas educacionais tradicionais foram moldadas por perspectivas eurocêntricas, muitas vezes marginalizando culturas, conhecimentos e histórias. Tem sido um termo discutido em várias disciplinas acadêmicas, incluindo sociologia, a filosofia, e os estudos culturais relacionados.

A Lei n. 11.645/2008 trata da inclusão obrigatória de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Essa lei foi uma conquista muito importante para combater o racismo e promover a valorização da diversidade étnico-racial e cultural na sociedade brasileira. Reconhecendo a relevância de ensinar não apenas a história, mas também as vivências e as contribuições das comunidades afrodescendentes e indígenas.

Faz necessário colocar em destaque as transformações na sociedade e as atitudes dos sujeitos, necessárias a superação do objetivismo na construção do currículo e impedindo sua configuração diante dos arranjos educacionais vigentes e do contexto social predominante, onde ao observar a realidade surgiu a necessidade de transformações inovadoras. Nesse sentido, é fundamental conhecer a ideologia como uma falsa consciência sistematizada da realidade social. Um instrumento de dominação pela qual a classe dominante de uma sociedade faz com que as ideias que são próprias dela, pareçam válidas para a sociedade inteira. De uma maneira bem simples, a ideologia dominante é algo que impede desnudar as desigualdades da realidade.

## **METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica. Utilizou-se das pesquisas de autores referenciados no assunto. Para tanto, recorreu-se a pesquisa qualitativa em razão da subjetividade (MINAYO, 2009).

A pesquisa qualitativa explora os aspectos do contexto histórico para articular a criticidade da criação ao conhecimento, abrir mão da coerência e da ética. Conduz o fenômeno a exaustão, dentro da própria estrutura complexa e subjetiva para o alcance da expressão crítica



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

filosófica. A abordagem qualitativa concatenada ao método analítico teórico eleva a crítica ao formato da práxis, o que tem avançado na análise do discurso rumo à mudança social, em pesquisas da área humana e sociais. A investigação científica não quantificável prioriza estruturas sociais, a dialética, o desvelamento das desigualdades ao permitir o questionamento das posições subalternizadas.

A dimensão qualitativa da pesquisa em educação, portanto, evidencia o que é imperceptível no convívio social, ofuscado por manifestações ideológicas de aparelhamento das práticas. Assim, a análise crítica baseada no paradigma interpretativo da realidade pesquisada tem denunciado as desigualdades e as injustiças sociais no sentido de oferecer à educação reflexões e contribuições aos problemas da modernidade recente.

Para MANAYO (2009) a pesquisa qualitativa responde a questões que não podem ser medidas, aferidas quantitativamente. São por tanto, fenômenos muito particulares e subjetivos. Abordagem qualitativa prioriza, e se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Busca explorar a complexidade dos fenômenos humanos. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Gil (2002) descreve a pesquisa bibliográfica como uma etapa fundamental em qualquer trabalho acadêmico ou científico. É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte considerável dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. Envolve a busca, seleção e análise de materiais bibliográficos relevantes para o tema de estudo.

O percurso metodológico iniciou-se com os estudos sobre as teorias curriculares com SILVA (1999); legislação da cultura afro-brasileira e indígena com GOMES (2005), OLIVEIRA, MAGALHÃES (2019), FLEURI, OKAWATI (2023), através da lei n. 11.645/2008. A análise dos textos teóricos, apoiou-se nos respectivos teóricos da exploração bibliográfica.



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerando a qualidade e relevância dos materiais encontrados, a credibilidade das fontes e a atualidade das informações, procurou-se extrair a crítica em relação ao controle ideológico dos materiais pedagógicos do currículo escolar. Esta pesquisa não se limitou apenas à coleta de informações, mas também buscou fazer uma análise crítica da realidade educacional tendo como ponto de partida a capacidade de integrar as informações extraídas do referencial teórico de maneira significativa ao trabalho pedagógico para a mudança social.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Silva (1999), na Teoria Tradicional não existe preocupações ou reflexões com os arranjos educacionais vigentes, muito menos com a estrutura social predominante. Tem uma dimensão técnico pedagógico. O sistema é colocado como se a escola funcionasse como uma empresa comercial ou industrial. O currículo tornava-se uma questão de organização, mecânica, um processo burocrático, onde o ensino era voltado para ensino técnico.

Silva (1999) descreve que as teorias críticas questionam o pensamento monótono e enfadonho que a educação tradicional desencadeia até então. É nessa problemática surge a essa teoria sobre o currículo que provocou uma reviravolta nos fundamentos e princípios da teoria anterior. A teoria crítica sobre o currículo começou por colocar em questão os pressupostos dos arranjos sociais e educacionais. Se fortaleceu pela sua capacidade de enxergar além do que o currículo aparentava ser. Essa teoria desenvolveu conceitos que possibilitou compreender o que o currículo era capaz de fazer para as perspectivas críticas.

Silva (1999), ao analisar nos diz que as teorias pós-críticas surgiram acerca do multiculturalismo em que começou os questionamentos sobre o currículo em particular e a educação no geral. Desta forma, os grupos culturais, os negros, as mulheres, os homossexuais, iniciaram uma forte crítica àquilo que considerava o privilégio de uma cultura branca, masculina, europeia e heterossexual. O currículo com base no multiculturalismo vem como forma de combater isso, onde deveria incluir uma parte que fosse mais representativo das diversas culturas com suas contribuições. Esse modelo de currículo busca trabalhar a favor de grupos e classes sociais oprimidas, sustentando a preocupação pela busca por uma escola mais democrática, que se transformasse em um espaço que integrasse as classes oprimidas.

“As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder. As teorias tradicionais, ao aceitar mais facilmente o status quo,



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

os conhecimentos e os saberes dominantes, acabam por se concentrar em questões técnicas.” (SILVA, 1999, p.16.)

A globalização produziu vigorosamente instrumentos capazes de instaurar novos modelos educativos. As reformas curriculares devem ser percebidas pelos educadores como positivas, pois essa ação desafia não apenas o conteúdo curricular, mas também a própria estrutura e governança do sistema educacional, buscando promover mudanças duradouras.

“A escola democrática não apenas deve estar permanentemente aberta à realidade contextual de seus alunos, para melhor compreendê-los, para melhor exercer a sua prática docente, mas também disposta a aprender em suas relações com o contexto concreto.” (FREIRE, 1993b, p. 100).

É indispensável compreendermos que currículo deve ser sempre estudado, pois pode existir interesses por trás do currículo, principalmente interesses econômicos, de classes sociais que pensam somente em si, que constrói políticas para si favorecer, sem envolver todas as classes sociais, principalmente os menos favorecidos. Esse assunto deve sempre está em constantes debates, analisando o que está sendo privilegiado em uma perspectiva em que a educação de qualidade seja assistida a todos.

“Todavia, a sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo. Outras vezes, mesmo que as pessoas e o próprio poder público tenham conhecimento da distorção presente no discurso da harmonia racial brasileira, usam-no política e ideologicamente, argumentando que não existe racismo no Brasil e, dessa forma, julgam que podem se manter impassíveis diante da desigualdade racial.” (Gomes, 2005, p. 56).

As teorias críticas e pós-críticas se complementam, devem ser compreendidas como forma de ajudar a entender os processos de dominação, de poder e controle sobre as relações sociais, pois nas teorias críticas a ênfase era mais nas classes sociais e na pós-crítica os aspectos das dinâmicas de sexualidade, gênero, raça e étnica traz uma bagagem muito significativa e precisa para refletirmos acerca dos modelos de educação.

A crítica ao currículo escolar muitas vezes se baseia na necessidade de torná-lo inclusivo, representativo e relevante para a diversidade cultural. Entender o que é o currículo escolar, quais suas concepções, é uma maneira de articular e criar caminhos para discussões que se apresentam no cenário das reformas e também para refletir se esse modelo de organização educacional abrange a todos igualmente, sem distinção de cor, raça, etnia ou classe social.



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Um currículo educacional decolonial busca corrigir desequilíbrios históricos e culturais, empoderando os alunos para que possam compreender a riqueza da diversidade humana. Contribui para a construção de sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo e respeitando as diversas formas de conhecimento e sabedoria. Isso implica em repensar os materiais didáticos e métodos de ensino. “Somos culturalmente diferentes, mas é somente na diversidade cultural que reside nossa riqueza, desde que consigamos compartilhar com os outros, respeitando uns aos outros em nossas particularidades.” (FLEURI, OKAWATI, 2023 p.239).

“O racismo como construção ideológica, historicamente, é originário do período colonial europeu, no qual difamou para oprimir era a regra de ouro, que permitia justificar toda a ordem econômica e social injusta que a dominação colonial impunha na África, América, Ásia e Oceania. Essa perversão ideológica gerou o racismo colonial, que busca justificar a superioridade de uns sobre outros, com base em categorizações e hierarquias biológicas e culturais.” (FLEURI, OKAWATI, 2023, p. 234).

O atual momento que vivemos é propício para refletir sobre o currículo e as práticas educacionais. Compreendendo o que pensam os educadores sobre o currículo e como essas concepções podem influenciar a instituição escolar, em um espaço privilegiado de construção de cidadania, que deve ser um espaço efetivo e democrático, onde é desejável que as mudanças sejam praticadas com um olhar crítico. Pois existe uma grande diferença entre o que está escrito no papel (currículo prescrito) e o que é praticado (currículo vivido), que é apreendido pelo educando.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância desse trabalho está em reconhecer a plenitude das culturas, pois pudemos adquirir saberes, como também questionar e apontar antigos valores, transpondo as barreiras do racismo. Visto que, para a educação, o conhecimento se dá através da interação social entre os seres, que devem buscar fazer dela um espaço no qual o saber histórico e cultural seja de fato, socialmente igualitário.

Os resultados evidenciaram que trabalhar a história e a cultura afro-brasileira e indígena nas escolas é fundamental para uma educação inclusiva, igualitária e respeitosa da diversidade cultural. Permitirá que as escolas promovam discussões sobre nossas origens, sensibilizando a comunidade escolar sobre a influência e a importância que a cultura africana e indígena teve ao longo dos tempos em nossa sociedade.



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Assim sendo, percebe-se a necessidade de um trabalho constante em todos os níveis de educação. Proporcionando debates e momentos de reflexão e valorização da cultura afro-brasileira e indígena. Com a ênfase na promoção da diversidade cultural, no combate ao racismo e discriminação. Compreendendo que a sua importância é fundamental para o diálogo e convivência harmônica com a diversidade.

Pretende-se ao discutir esse assunto, é que haja um despertar docente, e em consequência nos discentes, para que possam ampliar seu conhecimento e proporcionar a si momentos de aprendizado da história e da cultura de um povo. Buscando inclui-se a uma educação inclusiva, promovendo uma compreensão mais completa e respeitosa da diversidade cultural, empoderando as comunidades historicamente marginalizadas.

Em resumo, trabalhar a cultura afro-brasileira e indígena nas escolas não está assegurado apenas pela lei, embora essa lei seja obrigatória. Ainda temos um enorme desafio de fazer com que as pessoas compreendam a necessidade educacional para construir com uma sociedade justa, igualitária, respeitando a diversidade cultural do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o movimento colonizador segue oprimindo o currículo prescrito/oficializado (currículo vivido/praticado) e o apreendido pelo educando. A pesquisa demonstrou ainda que os materiais didáticos, utilizados em sala de aula, especialmente, o livro didático, tem mitigado a autonomia docente cotidianamente nas instituições de ensino, com a severidade do currículo oficial.

É fundamental compreendermos que por trás do currículo não pode existir interesses sob formas de dominação, precisamos sempre analisar bem os currículos e os arranjos educacionais vigentes em nosso país. As teorias sobre o currículo, críticas e pós-críticas abrem espaço para a construção de uma sociedade justa e igualitária, que busque valorizar as diferenças e entender a importância da história dos grupos étnicos raciais.

Conclui-se, por tanto, que a decolonização das práticas curriculares é urgente e necessária, assim também, se faz urgente, a obtenção da autonomia dos professores em relação ao conteúdo trabalhado nas ementas formativas. Isto é, o que será ensinado e aprendido, como será ensinado e quais práticas favorecem cotidianamente descolonizar a formação escolar.



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

## REFERÊNCIAS

FLEURI, R. M.; OKAWATI, J. A. A. **Decolonizar a Educação: Entretecer caminhos de bem viver.** São Paulo: Pedro & João, 2023.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 2. ed. São Paulo: Olho D'Água, 1993b.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino et al. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, V. DA S.; MAGALHÃES, L. B. **Lei 11.645/2008 em foco: a representação da literatura afro-brasileira no manual didático.** Olhares, v. 7, n. 1 – Guarulhos, maio 2019.

SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Autêntica, Belo Horizonte, 1999.